



PROPOSTAS A SEREM ENCAMPADAS PELAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES, DE **FORMA VOLUNTÁRIA** E INDEPENDENTE DE OBRIGATORIEDADE LEGAL

→ **As empresas e organizações signatárias da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura pactuam os seguintes compromissos:**

- ➊ **Cumprir os prazos de implantação** do Código Florestal Brasileiro, especialmente quanto ao CAR e ao compromisso a ser assumido no PRA.
- ➋ **Promover o compliance** com o Código Florestal Brasileiro em sua cadeia de fornecimento.
- ➌ **Desmatamento ilegal zero** em toda a sua cadeia de fornecimento.
- ➍ **Desmatamento líquido zero** em sua cadeia de fornecimento.
- ➎ Nas compras corporativas de produtos de florestas nativas, **exigir a comprovação de que a madeira é legalmente controlada** ou possui certificação FSC® ou Cerflor. Passar a exigir a garantia de rastreabilidade para produtos de manejo florestal sustentável de florestas nativas, assim que esse sistema vier a ser implementado.
- ➏ **Promover a elaboração de inventários** de emissão de gases de efeito estufa e planos de ação para mitigação dessas emissões.

NOSSA ASPIRAÇÃO

→ VISÃO

Somos uma coalizão formada por **associações empresariais, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos interessados** em contribuir para a promoção de uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva, e para maior sinergia entre as agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Pretendemos **promover e propor** políticas públicas, ações e mecanismos financeiro/econômicos para o estímulo à agricultura competitiva e de baixo carbono, pecuária e economia florestal que **impulsionem o Brasil como protagonista** na liderança global da economia sustentável.

A **Coalizão** aspira contribuir para o **fim do desmatamento e da exploração ilegal de florestas**, bem como para a expansão da produção de alimentos, produtos de base florestal e bioenergia de forma competitiva e sustentável.

CONTEXTO

Mudanças Climáticas

→ Um dos principais desafios da humanidade

→ **Necessidade premente de reduzir as emissões globais de Gases de Efeito Estufa nas próximas décadas.**

2015 em Paris

→ **Novo Acordo Climático Global**

→ **Objetivo de conter o aumento da temperatura média global em 2° C em relação à era pré-industrial.**

→ As florestas têm uma **profunda relação com as mudanças climáticas** e são a maior fonte terrestre de armazenamento e captura de carbono da atmosfera. As atividades econômicas ligadas à cadeia de produtos florestais, quando apoiadas em manejo florestal

sustentável e plantios florestais, são parte fundamental da economia de baixo carbono.

O Brasil possui não apenas a segunda maior área florestal do planeta, como o maior estoque de biomassa. Ademais, é e continuará sendo uma liderança mundial na produção de alimentos.

Nosso compromisso é organizar-nos e operar de forma multissetorial e multidisciplinar, visando criar propostas concretas, claras e transparentes, para avançar nas agendas de clima, agropecuária e florestas.

RECOMENDAÇÕES DA COALIZÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS” (INDC, NO ACRÔNIMO EM INGLÊS) DO BRASIL:

REPRESENTAM A INTENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE CADA PAÍS AO ESFORÇO GLOBAL DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

QUATRO PRINCÍPIOS BÁSICOS FORAM CONSIDERADOS:

- 1 Estabelecer a visão de longo prazo sobre emissões globais
- 2 Definir o conceito/critério de porção justa do Brasil no esforço global para reduzir as emissões considerando as responsabilidades comuns, porém diferenciadas
- 3 Propor a base lógica de um nível de ambição de redução de emissões para o Brasil
- 4 Propor mecanismos, elementos e incentivos que viabilizem os princípios e compromissos a serem assumidos pela Coalizão e pelo Brasil

NÍVEL DE AMBIÇÃO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES PARA O BRASIL

O Brasil pode ter amplas possibilidades de alavancar seus ativos de capital natural em uma nova economia de zero carbono. Portanto, propomos um INDC que expresse as seguintes características:

- Redução efetiva de emissões para toda a economia já no primeiro período de compromisso do novo acordo.
- Aumento efetivo de remoções de GEE, incluindo as áreas florestal e agropecuária.
- Compromisso de longo prazo do país em zerar as suas emissões líquidas conforme requerido pela ciência, no âmbito do cenário de 450 ppm do IPCC.
- Compromisso de manter as emissões per capita menores que a média global a partir de 2020.

PARA ATINGIR ESTES OBJETIVOS SERÃO NECESSÁRIOS IMPLEMENTAR OS SEGUINTESSUPPOSTOS:

- Acesso a políticas e incentivos econômicos reais, em níveis nacional e internacional, capazes de viabilizar o cumprimento de seus compromissos e de fazer com que a inserção do Brasil em arranjos globais se converta em oportunidade de aumentar a competitividade do país.
- Implementação de iniciativas nacionais e internacionais de precificação do carbono.
- As principais economias emergentes, atualmente fora do Anexo 1, devem ter, no mínimo, compromissos e objetivos similares, inclusive no longo prazo.
- Os países que atualmente integram o Anexo 1 assumam o compromisso de zerar suas emissões líquidas em meados do século.

Uma INDC brasileira com essas características contribuiria de forma inequívoca com o objetivo global de reduzir expressivamente as emissões para limitar o aumento da temperatura global em até 2° C ou menos.

PROPOSTAS

17 PROPOSTAS DIVIDIDAS EM DOIS RECORTES:

ASPECTOS PREDOMINANTEMENTE TRANSVERSAIS, QUE INCLUEM ITENS DE CUNHO LEGAL E INSTITUCIONAL E MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO DO CARBONO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

ASPECTOS PREDOMINANTEMENTE TEMÁTICOS, CONSIDERANDO PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS SETORES FLORESTAL E AGROPECUÁRIO

COALIZÃO
BRASIL
CLIMA
FLORESTAS E
AGRICULTURA

PROPOSTAS

IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- 1 Estabelecer procedimentos para garantir a implementação do CAR até 2016 e definição de PRA até 2018, em 100% do território nacional.
- 2 Promover ampla transparência dos dados, cadastros e sistemas de informações relacionados aos aspectos ambientais e fundiários do uso da terra.
- 3 Unificar todos os diferentes cadastros relacionados ao uso da terra no país, em um cadastro federal integrado.

- 4 Criar plano de regularização fundiária e ordenamento territorial até 2016, para solucionar conflitos decorrentes da sobreposição de direitos sobre propriedade e uso da terra até 2030.
- 5 Estabelecer programa de cooperação sul-sul para a difusão e compartilhamento de tecnologias brasileiras nas áreas florestal e agrícola.

PROPOSTAS

MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO CARBONO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

- 6 Dar escala e garantia de liquidez aos mecanismos existentes de valorização do carbono.
- 7 Criar mecanismo regulatório de valorização econômica direta de energia e produtos renováveis, por meio da demanda atrelada à produção de base não renovável.

- 8 Implantar mecanismo global de pagamento anual pelos serviços ecossistêmicos de biomas brasileiros.

PROPOSTAS

EIXO FLORESTAL E AGRÍCOLA COMBATE AO DESMATAMENTO, INCREMENTO DE ESTOQUES FLORESTAIS E AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

- 9 Produzir mapa anual de uso e cobertura da terra no Brasil.
- 10 Produzir relatório anual de desmatamento.
- 11 Aumentar as sanções, em nível econômico, fundiário e criminal a agentes que promovam ou permitam o desmatamento ilegal em toda ou em parte de suas propriedades.
- 12 Criar mecanismos para valorizar as boas práticas e a regularidade ambiental.
- 13 Promover o incremento em larga escala de estoques florestais para múltiplos usos.

- 14 Aumentar em 10 vezes a área de manejo florestal sustentável rastreada no Brasil, até 2030, e coibir a ilegalidade de produtos florestais madeireiros provenientes de florestas nativas.
- 15 Desenvolver projeto pré-competitivo de desenvolvimento da silvicultura de espécies arbóreas nativas do Brasil.
- 16 Tornar a agropecuária de baixo carbono majoritária em todo o Brasil.
- 17 Estabelecer padronização global de biocombustíveis e promover uma política nacional de valorização da produção de biocombustíveis e bioenergia.